

PLANO REGIONAL PARA 2007

UM DOCUMENTO PARA A AGRICULTURA SEM PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo

O Plano Regional para 2007 para o sector da Agricultura mantém a mesma filosofia de actuação dos seus precedentes e, como tal, não apresenta uma substancial inovação agrícola, não é financeiramente suficiente em matéria de investimento e está preso a “velhas atitudes” de orientação, que não conseguem satisfazer as exigências agrícolas da modernidade.

É portanto um documento de continuidade, é “mais do mesmo”, até porque este Plano não é produtor de iniciativa própria é, antes, um Plano produzido para receber as iniciativas externas, o que o torna insuficiente para responder às especificidades deste Arquipélago.

É um documento onde o “investimento no betão” é assinalado como marca, que diga-se em abono da verdade é preciso, mas são obras que se tornam eternamente inacabadas se não constituírem parte de uma política agrícola, cabalmente definida nos seus eixos de orientação e de estratégia. Este Plano é, principalmente, caracterizado pelo abandono de acções de estratégia.

Senão repare-se;

As três bandeiras assinaladas pelo PS para esta Legislatura em matéria agrícola centravam-se na criação do Centro do Leite e Lacticínios, na implementação da Extensão Rural e no impulso político e prático ao Emparcelamento Agrícola.

O Centro do Leite no Plano de 2007 simplesmente desaparece, quando em 2006 detinha uma verba de 1.000.000 de euros. Um nítido recuo, um exemplo claro que o Governo não possui pensamento para além da obra, e quando tenta desiste, e um exemplo bastante perceptível de que muito dinheiro no Plano não significa o seu gasto.

A Extensão Rural, do modo como estava corporizada no Plano de 2005 e 2006 nunca ocorreu e, agora, para 2007, simplesmente também desaparece e passou a estar escondida atrás de acções que, igualmente, ainda não viram a luz do campo.

Para mais, incompreensivelmente, este é o terceiro ano que as verbas inscritas para a rubrica “experimentação e Divulgação Agrária” decrescem, ou seja, o discurso do Governo não coincide com a prática. Foi criada uma ilusão, no mundo real nada de substancial ocorreu, nada que justificou e justifica a elevada propaganda deste assunto.

A reestruturação fundiária foi anunciada, pelo Sr. Presidente do Governo, no Congresso dos Agricultores em 2004 como a principal preocupação política da Governação Socialista para os próximos quatro anos, contudo já

se passaram dois e tudo se resume à minimalidade, nenhum instrumento legislativo de estímulo ao emparcelamento agrícola veio a este Parlamento e nenhuma acção de informação ou formação foi realizada cabalmente junto dos Agricultores Açorianos sobre esta matéria.

O Governo até parece demonstrar sinais que pretende levar acabo esta tarefa, mas em simultâneo a velocidade que imprimiu ao processo é sinónimo que não existe determinação.

É caso para falar no tempo curto e no tempo longo, o primeiro é do anúncio das intenções, o segundo é o da realização destas mesmas intenções e quando sucedem.

A diversificação agrícola, outro programa básico ao suporte da pluri-actividade e, naturalmente do pluri-rendimento agrícola, desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de criatividade por parte do Governo Regional.

É o caso da utilização da floresta como opção de complemento e, logicamente, como meio do multi-rendimento que continua a ser esquecida.

Na área da formação verifica-se que a valorização profissional agrícola é abertamente um sinal da falta de esforço do Governo.

Estamos perante uma dotação inversamente proporcional às necessidades reais, pois a verba inscrita em 2007 é sensivelmente metade da inscrita no Plano de 2005. Repare-se que estamos a falar de 2005.

O rejuvenescimento agrícola é outra temática que surge, e pela terceira vez consecutiva, entregue a si própria, sem destino, sem metas e sem ambição.

Não se observa neste Plano um convite de forma integrada e dirigida, particularmente, aos filhos dos Agricultores para assegurarem a actividade agrícola. A passagem do testemunho fica exclusivamente à mercê de um programa comunitário. Mais uma vez nada de novo regional, nada de verdadeiramente motivador e convidativo para os Jovens Açorianos.

A investigação científica aplicada à Agricultura torna a receber uma nota negativa. As verbas inscritas, neste Plano, mesmo subindo persistem em ser irrisórias, o que denota uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para o vínculo que deve haver entre Agricultura e conhecimento científico.

Não se compreende que tendo em conta os meios técnicos e científicos ao nosso dispor, não se faça uma Agricultura com um melhor rendimento. Aliás, porque se queixam tanto os Agricultores em relação ao seu rendimento se o Governo anuncia também milhões para a Agricultura.

A este respeito, um sintoma da precariedade do rendimento agrícola prende-se com o facto de estar a aumentar o número de Produtores de Leite que trabalham numa economia arcaica onde se trocam géneros por géneros, produto por produto. O dinheiro, praticamente, deixou de existir. Um sinal inquietante das dificuldades contemporâneas.

Tudo isso, se torna ainda mais grave quando o Governo e a maioria Parlamentar do PS numa questão que deveria merecer uma atitude

responsável assobia para o lado, descorando o entendimento e a tática política que o sistema de quotas leiteiras exige.

Aguardávamos, novamente, que este Plano contemplasse com maior profundidade algumas possíveis vertentes agrícolas de crescimento, designadamente, na floricultura, na vitivinicultura, na horticultura, na fruticultura, na silvicultura, na apicultura e na produção de batata de consumo.

O Plano é uma zona de “esquecimento colectivo”, uma vez que não faz referência a aspectos agrícolas de nova geração e que influem decisivamente no rendimento dos Agricultores e, em geral, na economia do mundo rural, nomeadamente: na promoção de novas tecnologias para a Agricultura, na valorização de subsectores emergentes, na implementação de técnicas genéticas, como a transferência embrionária, no incentivo e na valorização dos produtos da pecuária extensiva ou biológica, no reconhecimento do dinamismo dos Agricultores e das Agriculturas, na associação da Agricultura com saúde pública, no contributo da Agropecuária para a existência de energias alternativas, entre outros e outros aspectos.

Sr. Presidente da Assembleia

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sra. e Srs. Membros do Governo

A ausência de novas abordagens políticas neste Plano implica a existência de um pensamento desajustado e muito limitativo porque se resume a uma actuação sobre cada vez menos.

Neste sentido, o PSD aproveita sempre a oportunidade, de se estar a discutir o Plano agrícola para deixar contributos para o futuro da Agricultura, lança grandes desafios ao Governo e a esta Assembleia, na tentativa de colocar a Agricultura Açoriana na dianteira da competitividade, da sustentabilidade e da qualidade, dado que é o único modo de esta actividade poder enfrentar as constantes mudanças a que está sujeita, principalmente as de ordem política. Uma atitude proactiva.

Já nos referimos a várias imprescindibilidades de politica agrícola em anteriores Planos, hoje falamos do dramático despovoamento humano que está a ocorrer nos Açores, principalmente nalgumas Ilhas.

Atenda-se que são Ilhas que têm por base económica a Agricultura, pelo que é essencialmente pela actividade agrícola que passa também a solução.

As populações estão envelhecidas, perdem-se jovens essenciais à criatividade que estes territórios demandam, nota-se uma inclinação para a

terciarização das economias agrícolas e assiste-se à existência de políticas demasiadamente formatadas.

Mas, convém esclarecer que a baixa densidade populacional é mais uma consequência da prioridade das políticas seguidas do que um resultado das circunstâncias naturais.

É, por isso tempo de falar-se em Agricultura com função humanizante, é tempo de falar-se numa nova aposta na sucessão intergeracional e é tempo de falar-se no estatuto de utilidade da actividade agrícola nestes espaços geográficos.

Em suma, entenda-se que é preciso fundar novos princípios, cuja produtividade agro-rural resulte do aproveitamento de interligações e complementaridades que estes territórios oferecem. Só assim, é possível suportar o progresso de outras actividades. Caso contrário, sem uma política identicamente muito apropriada a cada caso geográfico a maior parte da ruralidade açoriana tombará pela forte universalidade que se sente.

Diz o nosso Povo, e com muita razão “quando a Agricultura está mal tudo o resto está mal”. O Governo a avaliar por este Plano não percebe isto.

Finalmente, e a jeito de conclusão o Governo tem de entender que a política para a Agricultura tem de ser mais do que a simples avaliação das taxas de execução financeira, tem de ser mais do que colocar dinheiro à disposição dos problemas, tem de ser mais do que a comparticipação financeira da Região às ideias de Bruxelas, é preciso estabelecerem-se

“ideias-próprias” e “ideias-força” que avivem a economia agrícola respeitando a singularidade das Ilhas e que tenham profundamente um âmbito social o que passa, indiscutivelmente, pela existência de Agropolíticas diferentes.

Disse

António Ventura – 22/11/2006